



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 240, DE 2005

(Do Poder Executivo)

Mensagem nº 116/2005

Aviso nº 199/2005 – C. Civil

Dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004. Pendente de parecer da Comissão Mista.

DESPACHO:

PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

SUMÁRIO

I - Medida inicial

II - Na Comissão Mista:

- Emendas apresentadas na Comissão (7)

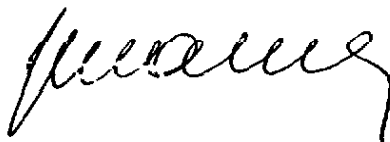
O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º As alterações promovidas pelos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004, somente se aplicam aos pagamentos ou créditos efetuados a partir de 1º de abril de 2005.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2005.

Art. 3º Fica revogado o art. 8º da Medida Provisória nº 237, de 27 de janeiro de 2005.

Brasília, 1º de março de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.



E.M. nº 00020/2005 - MF

Em 2 de março de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o presente Projeto de Medida Provisória que altera a data de produção de efeitos dos arts. 5º a 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004, de 1º de março para 1º de abril de 2005.

2. A alteração dos efeitos dos arts. 5º a 8º da mencionada Medida Provisória faz-se necessária para possibilitar que a fonte pagadora – responsável pela retenção e recolhimento dos impostos e contribuições – possa adequar seus controles e sistemas para cumprir adequadamente a determinação legal.

3. Por outro lado, não há ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal, pois a medida cuida da dilação de prazo para produção de efeitos de norma sobre retenção na fonte de tributos e contribuições. Como a retenção na fonte é uma antecipação do devido pelo contribuinte, não ocorre perda de arrecadação.

4. A relevância e a urgência da proposta, que motiva a adoção de medida provisória, se justifica tendo em vista que os referidos dispositivos produzem efeitos a partir de 1º de março de 2005.

Respeitosamente,

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado da Fazenda

Ofício nº 70 (CN)

Brasília, em 15 de março de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminha processado de Medida Provisória.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 240, de 2005, que “dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004.”

Informo, por oportuno, que à Medida foram oferecidas 7 (sete) emendas e que a Comissão Mista designada não se instalou.

Atenciosamente,


Senador Renan Calheiros
Presidente

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 240**, adotada em 1º de março de 2005 e publicada no dia 02 do mesmo mês e ano, que “**Dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004**”

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado EDUARDO GOMES	002 e 004
Deputado PAULO BAUER	001, 003, 005 e 006
Deputado EDUARDO CUNHA	007

TOTAL DE EMENDAS: 007

MPV - 240/05

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00001

Data
03.03.2005

Proposição
Medida Provisória nº 240, de 1º de março 2005

Autor
PAULO BAUER

nº do prontuário

1. ➡ Supressiva 2. ➡ substitutiva 3. Modificativa 4. aditiva 5. ➡ Substitutivo global

Página

Artigo
1º

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO

O Artigo 1º passa a vigorar com as seguintes redação:

Art. 1º As alterações promovidas pelos Arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004, somente se aplicam aos pagamentos ou créditos efetuados a partir de 1º de janeiro de 2006.

Justificativa

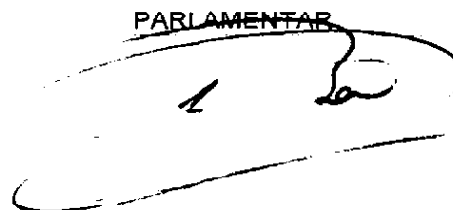
O Poder Executivo Federal através da Medida Provisória 240, transfere para 1º de Abril do presente exercício o início da vigência das alterações que pretende promover na arrecadação de Tributos e Contribuições previstas na MP 232 editada em 30 de dezembro de 2004.

A MP 232 tem merecido questionamentos de todos os segmentos organizados da sociedade e produzido constantes questionamentos de parlamentares no Congresso Nacional, não apenas por aumentar e estabelecer novas alíquotas mas também em razão da forma que o Poder Executivo adotou para sua implementação qual seja a do uso do Instituto da Medida Provisória e a data escolhida para sua edição.

Embora existam indicações de que a MP 232 poderá não ser aprovada, ou, se for, sofrerá alterações que reduzirão seu impacto na economia e evitarão o aumento da carga tributária, faz-se necessário a apresentação da presente emenda que transfere seus efeitos para o exercício de 2006, dando-se ao país mais tempo e prazo, indispensáveis para se adequar às novas condições tributárias.

Brasília 03 de março de 2005

PARLAMENTAR

A handwritten signature is written over a rectangular stamp that contains the word "PARLAMENTAR" at the top. The signature appears to be "L. Bauer" or similar, written in dark ink.

MPV - 240/05

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MEDIDA PROVISÓRIA 240 DE 02 DE MARÇO DE 2005

Autor

Deputado Eduardo Gomes

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2 ☐ substitutiva 3 ☒ modificativa 4 ☐ aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo
Inclusão

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Propõe-se a inclusão de artigos na Medida Provisória Nº 240, de 02 de março de 2005, modificando o inciso VIII, do art. 8º, da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e o inciso VIII, do art. 10, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para abranger a expressão "das atividades de energia elétrica", na forma seguinte:

Artº ____ O inciso VIII, do art. 8º, da Lei nº 10.637/2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VIII - as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações e das atividades de energia elétrica";

Artº ____ O inciso VIII, do art. 10, da Lei nº 10.833/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VIII - as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações e das atividades de energia elétrica";

JUSTIFICATIVA:

Os serviços de energia elétrica são considerados essenciais a todas as atividades produtivas, tais como a industrial, comercial e rural, inclusive os fornecimentos feitos aos Poderes Públicos e às classes residenciais, incluindo a sub-classe dos residenciais de baixa renda. Estes serviços são, portanto, fundamentais para o desenvolvimento econômico do país.

Dessa forma, é imprescindível que o fornecimento de energia elétrica possa ser feito mediante tarifas mitigadas, de forma a propiciar um adequado consumo a valores módicos. Atualmente 37 % do valor da conta de energia elétrica destinam-se ao pagamento de tributos e encargos. As mudanças na forma de cálculo e alíquotas do PIS e da COFINS introduzidas pelas Leis 10.637/03 e 10.833/04 elevarão ainda mais a carga tributária do setor, traduzindo-se em ônus adicional para o consumidor de aproximadamente 1,5 % com o repasse deste custo para a tarifa. Os

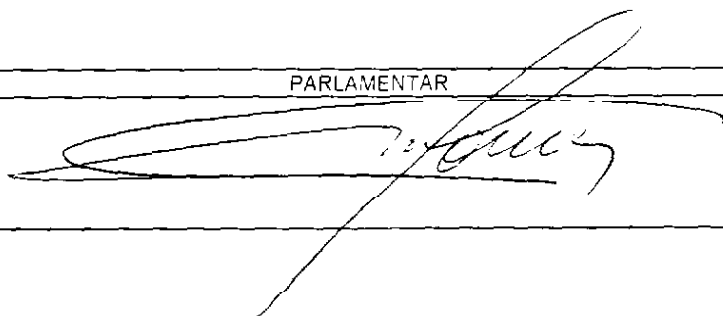
consumidores mais afetados com estas mudanças são os residenciais, especialmente os de baixa renda que não se beneficiam dos créditos tributários. Acrescente-se ainda que este efeito vai de encontro ao objetivo maior de modicidade tarifária do Novo Modelo do Setor Elétrico consubstanciado nas Leis 10.847 e 10.848 recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional.

De outra feita, a oneração das tarifas de fornecimento, pelo reflexo da carga tributária, torna mais grave o problema da inadimplência dos consumidores, notadamente aqueles de menor disponibilidade financeira.

Mais, ainda, contemplar as atividades de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica como a salvo do alcance da majoração da alíquota, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º, da Lei nº 10833, de 2004, é forma inequívoca de contemplar o princípio constitucional da isonomia de tratamento com os serviços de telecomunicações.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV - 240/05

00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
03/03/2005

Proposição
Medida Provisória nº 240, de 1º de março de 2005

Autor
PAULO BAUER

nº do prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ .aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória, modificando o inciso VIII, do Art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

Art. ____ O inciso VIII, do art. 8º, da Lei 10.637/2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

VIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações e das atividades de energia elétrica.

Justificativa

Os serviços de energia elétrica são considerados essenciais a todas as atividades produtivas, tais como a industrial, comercial e rural, inclusive os fornecimentos feitos aos Poderes públicos e às classes residenciais, incluindo a sub-classe dos residenciais de baixa renda. Estes serviços são, portanto, fundamentais para o desenvolvimento econômico do País.

Dessa forma, é imprescindível que o fornecimento de energia elétrica possa ser feito mediante tarifas mitigadas, de forma a propiciar um adequado consumo a valores módicos. Atualmente 37 % do valor da conta de energia elétrica destinam-se ao pagamento de tributos e encargos. As mudanças na forma de Cálculo e alíquotas do PIS e COFINS introduzidas pelas Leis 10.637/03 e 10.833/04 elevarão ainda mais a carga tributária do setor, traduzindo-se em ônus adicional para o consumidor de aproximadamente 1,5% com o repasse deste custo para a tarifa. Os consumidores mais afetados com estas mudanças são os residenciais, especialmente os de baixa renda que não se beneficiam dos créditos tributários. Acrescente-se ainda que este efeito vai de encontro ao objetivo maior de modicidade tarifária do Novo Modelo do Setor Elétrico consubstanciado nas Leis 10.847 e 10.848 recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional.

De outra feita, a oneração das tarifas de fornecimento, pelo reflexo da carga tributária, torna mais grave o problema da inadimplência dos consumidores, notadamente aqueles de menor disponibilidade financeira.

Mais, ainda, contemplar as atividades de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica como a salvo do alcance da majoração da alíquota, não se lhes aplicando as disposições das Arts. 1º a 8º, da Lei 10.833/2004, é forma inequívoca de contemplar o princípio constitucional da isonomia de tratamento com os serviços de telecomunicações.

Brasília 03 março de 2005

PARLAMENTAR

MPV - 240/05

00004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MEDIDA PROVISÓRIA 240 DE 02 DE MARÇO DE 2005

Autor

Deputado Eduardo Gomes

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo
Inclusão

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO JUSTIFICACAO

Propõe-se a alteração da redação da Medida Provisória Nº 240, de 02 de mar 2005, modificando a alínea "b", do inciso XI, do art. 10º, da Lei nº 10.833, de dezembro de 2003, para esclarecer alguns aspectos importantes como:

Artº ____ O inciso XI, do art. 10º, da Lei nº 10.833/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

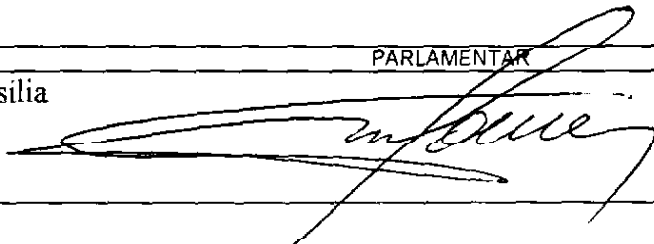
“b) com prazo superior a 1 (um) ano, de construção por empreitada ou de fornecimento de bens ou serviços, a preço determinado, independentemente de possuírem cláusula de reajustamento por índices oficiais;”

JUSTIFICATIVA:

Deixar claro a redação que reajustamento decorrente dos efeitos inflacionários não descaracteriza a condição de preço predeterminado. Este esclarecimento é importante porque a lei fala em preço “predeterminado” e não em preço “fixo”.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV - 240/05

00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
03.03.2005

Proposição
Medida Provisória nº 240, 1º de março de 2005

Autor
PAULO BAUER

nº do prontuário

1 ➞ Supressiva 2. ➞ substitutiva 3. ➞ modificativa 4 . aditiva 5. ➞ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória, modificando o inciso VIII, do art. 10, da Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003

Art. --- O inciso VIII, do art. 10, da Lei 10.833/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

VIII - as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações e das atividades de energia elétrica.

Justificativa

Os serviços de energia elétrica são considerados essenciais a todas as atividades produtivas, tais como a industrial, comercial e rural, inclusive os fornecimentos feitos aos Poderes públicos e às classes residenciais, incluindo a sub-classe dos residenciais de baixa renda. Estes serviços são, portanto, fundamentais para o desenvolvimento econômico do País.

Dessa Forma, é imprescindível que o fornecimento de energia elétrica possa ser feito mediante tarifas mitigadas, de forma a propiciar um adequado consumo a valores módicos. Atualmente 37 % do valor da conta de energia elétrica destinam-se ao pagamento de tributos e encargos. As mudanças na forma de Cálculo e alíquotas do PIS e COFINS introduzidas pelas Leis 10.637/03 e 10.833/04 elevarão ainda mais a carga tributária do setor, traduzindo-se em ônus adicional para o consumidor de aproximadamente 1,5% com o repasse deste custo para a tarifa. Os consumidores mais afetados com estas mudanças são os residenciais, especialmente os de baixa renda que não se beneficiam dos créditos tributários. Acrescente-se ainda que este efeito vai de encontro ao objetivo maior de modicidade tarifária do Novo Modelo do Setor Elétrico consubstanciado nas Leis 10.847 e 10.848 recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional.

De outra feita, a oneração das tarifas de fornecimento, pelo reflexo da carga tributária, torna mais grave o problema da inadimplência dos consumidores, notadamente aqueles de menor disponibilidade financeira.

Mais, ainda, contemplar as atividades de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica como a salvo do alcance da majoração da alíquota, não se lhes aplicando as disposições das Arts. 1º a 8º, da Lei 10.833/2004, é forma inequívoca de contemplar o princípio constitucional da isonomia de tratamento com os serviços de telecomunicações.

Brasília 03 de março de 2005

PARLAMENTAR
1

MPV - 240/05

00006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
03.03.2005

Proposição
Medida Provisória nº 240, de 1º de março 2005

Autor
PAULO BAUER

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTOS

Inclua-se o seguinte artigo na Medida Provisória:

Art. No período de 36 meses, a contar de 1º de janeiro de 2007, o valor das alíquotas da CSLL, da COFINS e do PIS/PASEP deverão ser reduzidos em, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do estabelecido em 1º de janeiro de 2007.

1§ - O Poder Executivo editará trimestralmente, Decretos estabelecendo as alíquotas, para o cumprimento do previsto neste artigo.

Justificativa

A carga tributária no Brasil é elevadíssima e compromete a economia nacional bem como estimula a sonegação. Também é fato que o Governo Federal concentra em torno da sua competência a arrecadação da maior parcela de recursos em favor do Poder Público.

O mecanismo arrecadatório idealizado através das contribuições como CSLL, COFINS e PIS/PASEP oneram a produção nacional e não favorecem Governos Estaduais e Municipais, que por estarem mais próximos dos problemas que afligem a população, convivem com constantes dificuldades financeiras.

Necessário se faz portanto que no Brasil se inicie um plano de redução da carga tributária e a presente emenda pretende oportunizar este propósito.

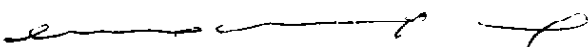
Brasília 03 de março de 2005

PARLAMENTAR
1

MPV - 240/05

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 08/03/2005	proposição Medida Provisória nº 240/2005			
autor Deputado EDUARDO CUNHA	nº de prontuário 300			
<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo Global
Página 01/01	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				
<p>O Art.2º da Medida Provisória nº 240, de 01 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>ART.2º Esta Medida Provisoria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006.</p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A mudança de prazo nesta Medida Provisória proporcionará uma melhor programação das partes envolvidas.</p>				
PARLAMENTAR				
				

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII Do Processo Legislativo

Subseção III Das Leis

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

** Artigo, "caput", com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

** § 1º, "caput", acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

I - relativa a:

** Inciso I, "caput", acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

** Alínea "a" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

b) direito penal, processual penal e processual civil;

** Alínea "b" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

** Alínea "c" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

** Alínea "d" acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

III - reservada a lei complementar;

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

** Inciso IV acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

** § 2º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

** § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

** § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

** § 5º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

** § 6º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

** 7º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

** § 8º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

** § 9º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

** § 10º acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

** § 11 acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

** § 12 acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001*

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 232, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 5º. Os arts. 30 e 32 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte, locação de mão-de-obra, medicina, engenharia, publicidade e propaganda, assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais estão sujeitos a retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP.

§ 4º Os serviços de medicina e os de engenharia de que trata o caput deste artigo são, respectivamente, os prestados por ambulatório, banco de sangue, casa e clínica de saúde, casa de recuperação e repouso sob orientação médica, hospital e pronto-socorro; e os de construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas." (NR)

"Art. 32.

II - empresas estrangeiras de transporte;

Parágrafo único

I - a título de transporte internacional efetuados por empresa nacional;

....." (NR)

Art. 6º. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que produzam as mercadorias relacionadas no caput do art 8º e no art. 15 da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, às pessoas físicas ou jurídicas fornecedoras dos insumos que geram direito ao crédito presumido, ficam sujeitos à retenção do imposto de renda à alíquota de um e meio por cento.

§ 1º Na hipótese de fornecedor pessoa jurídica, também deverá ser efetuada a retenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, mediante a aplicação da alíquota de um por cento.

§ 2º Os valores retidos na quinzena serão recolhidos até o último dia útil da semana subsequente à quinzena de ocorrência dos fatos geradores.

§ 3º Os valores retidos serão considerados:

I - antecipação do devido na Declaração de Ajuste Anual, ficando o rendimento sujeito ao ajuste anual, na hipótese de pessoa física; e

II - antecipação do devido no período de apuração, na hipótese de fornecedor pessoa jurídica.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se também às demais hipóteses de pagamentos efetuados por pessoa jurídica a pessoa física ou jurídica que dêem direito a crédito presumido na forma dos §§ 19 e 20 do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003.

§ 5º Na hipótese de transportadora rodoviária de carga que subcontratar serviço de transporte de carga à pessoa física transportador autônomo, a retenção de que trata o § 4º será calculada sobre o valor correspondente a quarenta por cento do pagamento efetuado.

§ 6º Fica dispensada a retenção para pagamentos de valor igual ou inferior:

I - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no caso de pessoas jurídicas;

II - ao limite de isenção previsto na tabela progressiva mensal do imposto de renda, no caso de pessoas físicas.

§ 7º Ocorrendo mais de um pagamento no mês à mesma pessoa física ou jurídica, deverá ser efetuada a soma de todos os valores pagos no mês para efeito do cálculo do limite de retenção previsto no § 6º deste artigo, compensando-se o valor retido anteriormente.

§ 8º O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de fornecimento efetuado por cooperativa de produção agropecuária ou de pagamento efetuado a pessoa jurídica optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

Art. 7º. As importâncias pagas ou creditadas pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços de manutenção de bens móveis e imóveis e transporte, bem como de medicina prestados por ambulatório, banco de sangue, casa e clínica de saúde, casa de recuperação e repouso sob orientação médica, hospital e pronto-socorro, e de engenharia relativos à construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas ficam sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte, à alíquota de um e meio por cento.

Parágrafo único. O valor retido deverá ser recolhido até o terceiro dia útil da semana subsequente à de ocorrências dos fatos geradores.

Art. 8º. Fica fixada em um e meio por cento a alíquota do imposto de renda na fonte de que trata o art. 55 da Lei nº 7.713, de 1988.

Art. 9º. A variação cambial dos investimentos no exterior avaliados pelo método da equivalência patrimonial é considerada receita ou despesa financeira, devendo compor o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do período de apuração.

.....

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 237, DE 27 DE JANEIRO DE 2005

Autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

.....

Art. 8º. As alterações promovidas pelos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004, somente se aplicam aos pagamentos efetuados a partir de 1º de março de 2005.

Art. 9º. O art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, fica acrescido de § 2º, passando o seu parágrafo único a vigorar como § 1º, com a seguinte redação:

"§ 1º Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II:

I - a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios;

II - os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenham avaliação positiva da agência financiadora, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e à Caixa Econômica Federal, desde que contratados dentro do prazo de seis anos contados de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento; e

III - as operações de crédito destinadas à implantação de projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz.

§ 2º Os efeitos da exclusão a que se refere o inciso III do § 1º retroagem a 29 de junho de 2000." (NR)

.....

.....